



Sob a presidência de Demostenes Torres (à esq., ao lado de Antonio Carlos Júnior), a Comissão de Constituição e Justiça aprovou várias propostas, como a que estabelece condições para progressão da pena

Comissão aprova mais rigor com condenado por crime hediondo

Aprovado em concurso pode ter nomeação garantida

Novos juizados devem receber queixas tributárias

Prefeito que desviar dinheiro da merenda pode ir para a prisão

Páginas 4 a 6



A Comissão de Educação aprovou projeto que reduz tributos cobrados de microempresas da área cultural

Revisão no acordo ortográfico

Uma autorização do Congresso Nacional ao governo brasileiro para rever o acordo ortográfico firmado com os demais países de língua portuguesa é uma das alternativas em estudo pela

Comissão de Educação. Audiência pública no colegiado foi marcada por duras críticas ao acordo e pela constatação de que os próprios portugueses resistem em adotar as novas normas. 8

Plenário decide na quarta se Venezuela entra no Mercosul

Por acordo de liderança, foi adiada para quarta-feira a decisão do Plenário sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Os oponentes preveem debate acirrado, mas o líder do governo, Romero Jucá, acredita na aprovação da proposta. 2

Sarney lembra 20 anos da lei sobre direitos dos deficientes

Página 7

CCJ apressa parecer sobre Expedito Júnior

O presidente da Comissão de Justiça, Demostenes Torres, prometeu apresentar na próxima quarta-feira parecer sobre a consulta da Mesa do Senado referente a recurso de Expedito Júnior contra a cassação de seu mandato. A situação, segundo o presidente do Senado, José Sarney, "já está determinada". 3

O que o Brasil vai apresentar na reunião do clima?

Para Marina Silva, o Brasil deve apresentar, na Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), meta mais ousada de redução de emissões de gases de efeito estufa. Ideli Salvatti acha que, antes da conferência, é necessário aprovar uma política nacional sobre o assunto. 7



Sarney: o Estado assumiu suas obrigações em relação às pessoas com deficiência

REMUNERAÇÃO

Augusto: protesto em favor dos médicos

Citando entrevista do secretário de Gestão do Trabalho e Educação do Ministério da Saúde, Francisco Campos, à *Rádio CBN*, Augusto Botelho (PT-RR) protestou contra a baixa remuneração dos médicos no país.

O parlamentar citou afirmação do secretário de que esse problema é tão antigo quanto preocupante.

DENÚNCIA



Governo faz "mágica", critica Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o "triunfalismo exacerbado" do governo ao anunciar que a dívida pública passou de 56,9% do PIB, em 2002, para os atuais 36,7%.

– A mágica é a seguinte: devido ao enorme fluxo de capitais que entrou no país a partir de 2006, o governo abate o total da dívida externa bruta os dólares aqui investidos – observando que a operação torna a dívida em US\$ 273 bilhões em 2009.

VIGÍLIA

Mário Couto defende projeto dos inativos

Mário Couto (PSDB-PA) anunciou da tribuna a possibilidade de uma vigília no Plenário, na noite de ontem, pela aprovação do projeto (PL 1/07) que vincula o aumento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ao reajuste do salário mínimo.

O projeto deveria ser votado ontem pela Câmara, mas não pôde ser apreciado devido ao trancamento da pauta por medida provisória.

APOSENTADOS

Paim pede a deputados que votem reajuste

Paulo Paim (PT-RS) pediu que os deputados federais não abandonem o Plenário na hora em que for colocado em votação o projeto de lei (PL 01/07) que dá aos aposentados do INSS os mesmos reajustes concedidos ao salário mínimo.

– Só quero que votem. Não se está obrigando ninguém a votar como os senadores votaram [pela aprovação]. Não votar é se acovardar – disse Paim.

Acordo de lideranças adiando a votação em Plenário visa garantir quórum necessário para a aprovação da matéria, já que alguns líderes não estão em Brasília esta semana

Decisão sobre Venezuela no Mercosul fica para quarta

POR ACORDO DE lideranças, foi adiado para quarta-feira da próxima semana a decisão do Plenário sobre a entrada da Venezuela no Mercosul. O adiamento visa garantir quórum mínimo para aprovação do protocolo de adesão, já que alguns dos líderes partidários não estão em Brasília esta semana.

Na última quinta-feira, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado aprovou, por 12 votos a 5, o protocolo de adesão do novo sócio ao bloco formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O parecer contrário à adesão, apresentado pelo relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), foi rejeitado por 11 votos a 6, com 1 abstenção. Em seguida, foi aprovado voto em separado apresentado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

Jucá mostra-se otimista quan-



"Vamos votar e aprovar", garantiu Jucá em entrevista à Agência Senado

to à aprovação da entrada da Venezuela no bloco comercial. Ele próprio articulou com os demais líderes a transferência do debate em Plenário para a próxima semana.

– Vamos votar e aprovar – garantiu Jucá à Agência Senado.

Os representantes da oposição preveem um debate acirrado. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse acreditar que o Plenário será palco de "um momento muito bonito".

Antonio Carlos Júnior alerta para riscos da adesão ao bloco

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) apresentou ontem, em Plenário, uma série de argumentos contrários ao ingresso da Venezuela no Mercado Comum do Sul (Mercosul). Uma das razões citadas pelo senador é a baixa confiabilidade dos marcos regulatórios e institucionais daquele país. Essa situação, a seu ver, poderá colocar em risco os interesses de empresas brasileiras que negociarem com companhias venezuelanas.

O parlamentar disse que o ingresso da Venezuela poderá enfraquecer o bloco, devido a "possibilidade de agravamento das contradições já existentes

entre membros do bloco pela ação personalista e pseudonacionalista" do presidente Hugo Chávez.

— Ignorar que é econômica a motivação em trazer a Venezuela para o Mercosul e que é política a motivação daquele país para integrar o Mercosul não é ingenuidade: é má-fé. O chavismo é a negação do Mercosul — sustentou.

Bahia

No mesmo pronunciamento, Antonio Carlos Júnior criticou o governador da Bahia, Jaques Wagner pelo "alheamento da realidade" demonstrado em

Em sua avaliação, o ingresso da Venezuela pode mergulhar o bloco numa crise terminal, já que os embates políticos do presidente Hugo Chávez com países como os Estados Unidos poderiam travancar os interesses econômicos das demais nações membros.

– Talvez seja o momento de recomeçarmos simplesmente como área de livre comércio, sem envolvimento político. O Mercosul não pode se tornar um ônus para o Brasil.

Para Ideli Salvatti (PT-SC), líder do governo no Congresso, o ingresso da Venezuela só fará tornar o bloco mais forte. A senadora disse que a discordância de alguns parlamentares diante de questões de política interna venezuelana não podem se sobrepor nesse momento.

– Um bloco econômico é algo que ultrapassa quem está no governo – afirmou.



Para ACM Júnior, ingresso pode enfraquecer o mercado comum

campanha publicitária oficial veiculada no estado.

Na opinião do senador, em vez do "lugar perfeito para se morar", exibido nas propagandas do governo, o que se vê no estado é o descaso em vários setores, como a saúde e a segurança públicas.

Apelo ao STF em favor da emenda dos vereadores



César Borges

César Borges (PR-BA) fez um apelo aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para que decidam favoravelmente à Emenda Constitucional 58/09, que aumentou o número de vereadores, e derrubem a liminar concedida pela ministra Carmem Lúcia à

ação direta de inconstitucionalidade (ADI) impetrada pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

A emenda criou 7.637 vagas de vereadores nas câmaras municipais, com caráter retroativo às eleições de 2008.

– Taxar de casuísmo a emenda, com o devido respeito ao procurador, é desconhecer o longo e doloroso processo legislativo da sua aprovação, após exaustiva discussão nas comissões técnicas, debates, negociações e votações em dois turnos pelos plenários da Câmara e do Senado, no mais legítimo processo político que atendeu as exigências de uma Constituição rígida, que impõe votação em dois turnos, com a aprovação de três quintos dos membros do Senado e da Câmara.

César Borges disse que essa emenda constitucional "representa apenas um aperfeiçoamento, nos moldes democráticos, feito pelo Congresso Nacional, em suas atribuições legítimas".

Guerra: mais debate sobre planos de saúde



Sérgio Guerra

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) terá papel preponderante no encaminhamento da aprovação do projeto de lei que cria o Rol de Procedimentos e Serviços Médicos (RPSM) para ser usado nas negociações entre as operadoras de planos de saúde, médicos e prestadoras de serviços de saúde em relação aos preços que deverão ser cobrados.

A garantia foi dada ontem pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) ao final da audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que reuniu especialistas para discutir o assunto e as modificações previstas no projeto de lei (PLC 39/07) do deputado federal Inocêncio Oliveira (PR-PE) em tramitação no colegiado. O senador é o relator da proposta na comissão.

– O tema é complexo e necessita ser tratado de forma prudente porque atinge milhões de brasileiros. Por isso, irei propor a realização de novas audiências públicas, manter conversas reservadas com especialistas e parlamentares para aprofundar o exame da questão – afirmou Sérgio Guerra.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Agenda de Sarney

O presidente do Senado recebe, às 11h, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, e, às 11h30, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Segurança pública em debate

Está prevista para as 10h30 a apresentação do plano de trabalho da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

Indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa, às 10h, indicações para as embaixadas em São Cristóvão e Névis e em Trinidad e Tobago.

Marco legal da mineração

Às 8h30, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) debate o panorama da mineração, com enfoque para os marcos legais, com a presença de dirigentes de instituições da área.

Congresso celebra Dia da Cultura

O Congresso Nacional realiza sessão especial, às 11h, no Plenário do Senado, para comemorar o Dia Nacional da Cultura.

Senado Cultural

O projeto Pratas da Casa, do Senado Cultural, traz show de Sthel Nogueira, às 19h, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, com homenagem a Villa-Lobos, entre outros.

Plenário permanece com pauta trancada

A pauta está trancada pelo PLV 17/09, que concentra na Caixa Econômica depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos federais.

CMO tem reunião extraordinária

A Comissão Mista de Orçamento realiza reunião extraordinária, às 14h30, no Plenário 2 da Câmara para discutir e votar matérias.



Edson Santos pede ajuda a Sarney para que projeto seja sancionado até dia 20

Edson Santos pede urgência para Estatuto da Igualdade Racial

O ministro Edson Santos, da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial, voltou a pedir ao presidente do Senado, José Sarney, pressa na aprovação do projeto de Estatuto da Igualdade Racial, já votado pela Câmara e que acaba de retornar ao Senado. O desejo do ministro é que o texto seja sancionado no próximo dia 20 – Dia da Consciência Negra.

Sarney prometeu empreender esforços para que o estatuto seja aprovado o mais rápido possível. O texto se encontra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e Sarney prometeu conversar sobre o assunto com o presidente da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO).

Apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto

votado na Câmara incluiu mudanças sugeridas pelo deputado Antônio Roberto (PV-MG). A expectativa de Edson Santos é a de que o acordo que propiciou a aprovação na Câmara se reproduza no Senado. Ele manifestou otimismo com as mudanças que o estatuto pode suscitar.

– Da forma como está, creio que o projeto atende aos interesses da sociedade brasileira, à expectativa dos partidos e às lideranças políticas do Brasil. É um instrumento de redução da desigualdade em nosso país. E é um estatuto capaz de fazer com que o Brasil não exponha mais ao mundo esse quadro em que os negros estão sempre na base da pirâmide social, excluídos de oportunidades – disse o ministro.

Sarney defende regulamentação do teto do funcionalismo

A utilização de funções comissionadas para elevação dos vencimentos do funcionalismo acima do teto constitucional (hoje fixado em R\$ 25,7 mil) é um problema que deve ser resolvido por decisão conjunta de todos os Poderes, disse o presidente do Senado, José Sarney.

– Toda a administração pública precisa de regulamentação sobre o tema. Não posso ser responsabilizado por uma prática que não ocorre somente no Senado, mas em todos os órgãos – afirmou.

No Senado, a prática foi autorizada por ato administrativo de 2005. Sarney lembrou que ainda não foi oficialmente comunicado sobre o inquérito civil instaurado pela procuradora da República Anna Carolina de Azevedo Maia para investigar o assunto.

Sobre uma brecha na proposta de reforma administrativa que permitiria a um grupo de servidores efetivos da Casa permanecer com vencimentos acima do teto, Sarney assegurou que tal dispositivo será retirado.

Reforma acabará com privilégios, afirma Comunicação do Senado

A Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado divulgou nota sobre a reforma administrativa que está sendo implantada na instituição e que teve origem em março, quando o presidente da Casa, José Sarney, encomendou um projeto à Fundação Getúlio Vargas.

Veja a nota na íntegra:

“A reforma administrativa do Senado Federal, nesta fase, é uma proposta que está sendo submetida aos senhores senadores. Os artigos que dispõem sobre aumento de despesas, vantagens indevidas e privilégios serão expurgados do texto, conforme determinação da Mesa diretora.”

Encontro internacional conhece o Siga Brasil e o portal LexML

A Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) representa a Casa no World e-Parliament Conference 2009, em Washington (EUA). O evento, promovido pela Organização das Nações Unidas, Câmara dos Representantes dos Estados Unidos e União Interparlamentar, debate o uso eficiente das

tecnologias da informação e comunicação para melhorar a representatividade política.

O diretor do Prodasen, Carlos Magno Cataldi Santoro, fez uma apresentação sobre o portal orçamentário Siga Brasil. O analista de sistemas do Prodasen João Alberto de Oliveira Lima falou sobre o portal LexML Brasil.

José Sarney diz que o presidente da CCJ, Demostenes Torres, informou que a comissão deve devolver à Mesa o recurso do senador por Rondônia, objeto de consulta

“Recurso contra cassação de Expedito deve voltar à Mesa”

A SITUAÇÃO DO senador Expedito Júnior (PSDB-RO) “já está determinada”, opinou o presidente do Senado, José Sarney. Ele disse ter sido informado por Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que na próxima quarta-feira o colegiado deverá devolver à Mesa o recurso de Expedito contra a perda do seu mandato.

O registro da candidatura de Expedito ao Senado nas eleições de 2006 foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O Supremo Tribunal Federal (STF) confir-

mou a decisão, entendendo que o então candidato “comprou votos”, e determinou, então, ao Senado, dar “imediatamente” posse ao segundo colocado na eleição para senador por Rondônia, Acir Gurgacz (PDT).

A posse de Gurgacz estava agendada para a última terça-feira, mas foi cancelada em função do recurso de Expedito. Sarney manifestou sua posição contrária à decisão da Mesa do Senado de enviar o recurso à CCJ. “Decisão da Justiça é para ser cumprida. Lamento que isso tenha acontecido. Sempre preguei a harmonia entre os Poderes”,

declarou Sarney, acrescentando que Demostenes tem a mesma interpretação. Na opinião do presidente do Senado, não há mais avaliação a ser feita sobre o caso, já decidido mediante acórdão publicado pelo STF. “Como guardião do que determina a Constituição, o Supremo terá necessariamente que ver cumpridas suas decisões”, disse.

Em recurso acolhido pela Mesa na terça-feira, Expedito argumentou que o Regimento Interno do Senado e a Constituição lhe assegurariam o direito de defesa, mesmo com a decisão do Supremo.

Parecer da CCJ sai na quarta-feira, diz Demostenes

O presidente da CCJ, Demostenes Torres, prometeu apresentar, na reunião da próxima quarta-feira, parecer sobre consulta da Mesa do Senado referente a recurso de Expedito Júnior contra a cassação de seu mandato.

Para não atrasar o processo, que poderia levar até 20 dias em caso de designação de um relator, Demostenes informou ter avocado para si a relatoria da consulta, e não do recurso, explicou. O senador disse considerar que a decisão do STF precisa ser cumprida, mas argumentou ser necessário responder à consulta feita pela Mesa, sobre como deveria proceder nesse caso. O presidente da CCJ afirmou que examinará a decisão do STF para verificar se a situação diz respeito a declaração de perda de mandato, quando é assegurado pela Constituição o direito à ampla defesa, ou de cassação de registro de candidato, caso em que não há concessão de prazo para defesa.

Ele disse reiterar o que argumentou quando do caso de declaração de perda de mandato do então senador João Capiberibe pelo STF, ou seja, de que não se tratava de discutir o mérito ou questões formais da decisão do Supremo, mas de se assegurar a ampla defesa.

Na reunião, Osmar Dias (PDT-PR) comentou que “a CCJ não pode ser considerada um órgão de recurso das decisões do Supremo”, mas considerou regimentalmente correta a decisão de Demostenes, que também foi apoiada por Eduardo Suplicy (PT-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Renato Casagrande (PSB-ES) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Valter Pereira (PMDB-MS) lembrou que Expedito não foi julgado pelo Senado, mas pelas instâncias judiciais. Assim, para o senador, o envio de consulta sobre o recurso à CCJ seria “uma procrastinação da Mesa”, já que a “matéria é completamente estranha ao Senado e à CCJ”.



Paulo Lima

Quatro cadetes e o coronel do Exército Artur Solon, assessor parlamentar do Exército no Senado, convidaram o presidente José Sarney para formatura e entrega de espada da turma Heróis da FEB, uma homenagem dos aspirantes à Força Expedicionária Brasileira. Na visita, feita em nome do general Leal Pujol, comandante da Academia das Agulhas Negras, estiveram presentes os cadetes Augusto Cunha, Eduardo Miller, Willian César e Thiago Luz.

Ministro quer votação rápida de projetos que beneficiam cultura

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, pediu ontem ao presidente do Senado, José Sarney, apoio para oito iniciativas legislativas de interesse do setor artístico que tramitam nas duas Casas do Congresso. Eles querem a votação rápida de projetos referentes à Lei Rouanet, ao Fundo Pró-Leitura, ao Vale-Cultura, à proposta Cultura como Direito Social, ao Plano Nacional de Cultura, à modernização do Direito Autoral, ao Simples da Cultura e ao Fundo Social do Pré-Sal.

– Amanhã [hoje] é o Dia Nacional da Cultura e estamos com oito projetos tramitando na Câmara e no Senado em favor da classe. Viemos pedir ao presidente celeridade, atenção e carinho para esses projetos – disse o ministro.

Juca Ferreira entende que as propostas propiciarão melhor aplicação dos recursos e maiores possibilidades para os artistas e criadores de todo o país.

José Sarney afirmou que sua vida pública foi marcada pela preocupação de fortalecer a cul-

tura no Brasil. Enquanto estiver na presidência do Senado, disse Sarney, a cultura será prioridade no Legislativo. E observou que “uma das maiores virtudes do povo brasileiro é sua identidade cultural”.

AGU

O presidente do Senado também recebeu uma comissão de servidores da Advocacia-Geral da União (AGU) que busca apoio para a criação de um plano para a carreira de área meio da instituição.

– O presidente Sarney ficou de oficial junto ao ministro Paulo Bernardo (Planejamento) para que consigamos o encaminhamento do projeto à Casa Civil e posteriormente ao Congresso. A carreira já foi acordada com o Ministério do Planejamento. O que queremos agora é agilizar – disse Túlio Junqueira, coordenador de Recursos Humanos da AGU. Os servidores disseram que não há, na área meio da Advocacia-Geral da União, quadro funcional compatível com a importância da instituição.

Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto que obriga a publicação, nos editais de concursos, de cronograma para a convocação dos aprovados. Outra proposta estabelece a possibilidade de recorrer a julgados especiais para causas contra a administração pública que envolvam somas de até 60 salários mínimos

Aprovados em concurso público podem ter garantia de nomeação



Demostenes Torres (D), ao lado de Antonio Carlos Júnior, preside reunião da CCI: senadores também aprovaram a criação de índice de responsabilidade social e de secretaria do Ministério dos Esportes para cuidar da Copa do Mundo de 2014

Novos julgados especiais para receber queixas tributárias

A CCI aprovou ontem a criação dos julgados especiais da Fazenda Pública para conciliação de causas no valor de até 60 salários mínimos entre os cidadãos e os estados, os municípios e o Distrito Federal.

O texto aprovado, com voto favorável do relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), é um substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto (PLS 118/05) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). A proposta segue para exame do Plenário.

Segundo Valadares, trata-se de mais um instrumento para facilitar o acesso aos que tenham demanda na Justiça comum. O senador argumenta que, com a criação dos julgados especiais da Fazenda Pública, será possível, por exemplo, impugnar lançamentos fiscais como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e anular multas de trânsito indevidamente aplicadas.

— Queremos que, nas causas contra a Fazenda Pública, haja celeridade no atendimento às demandas da população — afirmou o parlamentar.

Para o relator, a proposta atende a um antigo anseio da sociedade brasileira, no sentido de estender aos conflitos entre particulares e os estados e municípios a experiência bem sucedida dos julgados especiais federais, que beneficia milhões de brasileiros desde 2001.

Em sua avaliação, a aprovação da proposta completará com



Valadares, autor do projeto: rapidez nas causas contra a Fazenda Pública

o êxito ciclo iniciado em 1995 quando o Congresso Nacional aprovou lei para simplificar os processos relativos a causas menos complexas e de menor valor. Naquele ano, foi aprovada a lei que criou os julgados especiais Cíveis e Criminais da Justiça Comum (Lei 9.099/95) e, em 2001, foi aprovada a criação dos julgados especiais federais (Lei 10.259/01).

De acordo com o texto aprovado, os julgados serão instalados no prazo de até dois anos da vigência da lei, sendo permitido o aproveitamento total ou parcial das estruturas das atuais varas da Fazenda Pública. Ficam excluídas da competência dos julgados as seguintes matérias: ações populares, de mandato de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, por improbidade administrativa, execuções fiscais, entre outros. Podem ser partes no julgado, como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte.

Responsabilidade social dos governos poderá ser medida

Projeto aprovado pela CCI prevê a criação do Índice Brasileiro de Responsabilidade Social (IBRS), instrumento para aferir resultados e esforços dos administradores públicos nas políticas de desenvolvimento social. Uma das finalidades do índice é funcionar como instrumento de reconhecimento público e estímulo aos gestores que conciliarem resultados meritórios na área social com o equilíbrio das contas públicas.

De iniciativa da senadora Marina Silva (PV-AC), a proposta (PLS 205/01) foi aprovada na forma de texto alternativo do relator,

Pedro Simon (PMDB-RS). No projeto original, Marina sugeria a criação do Conselho de Gestão Fiscal e Responsabilidade Social (CGFRS). Entretanto, essa sugestão foi suprimida pelo relator, já que a criação de órgãos é uma prerrogativa do Executivo. O projeto receberá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— Esse projeto tenta estimular prefeitos e demais gestores por meio de premiações que tragam a lume experiências bem-sucedidas — afirmou Marina.

O IBRS será elaborado a partir de dados fornecidos pelos entes



federativos e considerará indicadores nas áreas de educação, saúde, segurança pública, desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural, gestão ambiental, assistência social, esporte e lazer, distribuição de renda e finanças públicas.

Órgão vai monitorar sistema carcerário

A Justiça poderá ter mais controle sobre o cumprimento de penas nas cadeias brasileiras. Proposta aprovada ontem pela CCI cria o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. O órgão funcionaria no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), o projeto (PLC 199/09) atribui ao novo órgão, entre outras funções, competência para monitorar e fiscalizar o cumprimento das recomendações e resoluções do conselho sobre prisões temporárias e definitivas, medidas de segurança e internação de adolescentes. O novo órgão também ficará responsável por coordenar

mutirões de reavaliação das prisões e outros tipos de penas.

A matéria, que já havia passado pela Câmara dos Deputados, recebeu decisão terminativa na CCI. Assim, deverá ser encaminhada à sanção presidencial, a menos que seja apresentado recurso para que também seja examinada em Plenário. O relator na CCI foi o senador Demostenes Torres (DEM-GO), que preside a comissão.

O departamento será coordenado por um juiz auxiliar nomeado pelo presidente do CNJ e supervisionado por um conselheiro designado pelo órgão. Para assistir a uma nova unidade, o projeto também prevê a criação de um cargo em comissão e seis funções comissionadas.

Futebol terá secretaria nacional específica

A CCI também aprovou projeto que cria a Secretaria Nacional de Futebol e da Defesa dos Direitos do Torcedor, no âmbito do Ministério dos Esportes. A matéria recebeu decisão terminativa na comissão. Se não houver recurso para a análise em Plenário, a matéria seguirá para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O PLC 191/09, do Executivo, foi relatado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), que ressaltou a importância da aprovação da matéria a fim de preparar o Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014.

A nova estrutura terá como principais competências planejar, desenvolver, acompanhar e monitorar as atividades no âmbito do futebol e da defesa dos direitos do

torcedor, apoiar ações ligadas a eventos de grande porte, integrar ações e estimular parcerias entre entidades governamentais e agentes privados.

A secretaria vai incentivar a criação de uma “estrutura esportiva moderna e capaz de receber competições esportivas internacionais”, de acordo com a exposição de motivos do governo. Será ainda o veículo para dar cumprimento às obrigações estabelecidas no Estatuto do Torcedor, como a revitalização dos estádios de futebol, o desenvolvimento de um banco de dados nacional das torcidas organizadas dentro dos estádios e a instalação de equipamentos de segurança, como catracas e câmeras, entre outros pontos.

Ajuda ao combate à Aids em Moçambique

O governo brasileiro poderá ter autorização para doar a Moçambique recursos da ordem de R\$ 13,6 milhões para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais — medicamentos que impedem a multiplicação do vírus HIV no organismo — e de outros medicamentos. A proposta (PLC 193/09) foi aprovada ontem pela CCI.

O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), informou tratar-se da instalação de uma unidade da FioCruz naquele país. Em voto favorável à proposta, ele destacou o caráter humanitário da doação, descrita, como lembrou, em exposição de motivos do Ministério da Saúde. Dados de 2006, segundo nota do ministério, estimam

em 300 mil o total de pessoas que necessitam de tratamento antirretroviral naquele país, sendo que apenas 40 mil foram tratadas, mas sem a medicação apropriada. Os cálculos indicam também, acrescentou o relator, a existência de 500 novos infectados por dia, já passando de meio milhão os órfãos de pais vitimados pelo vírus.

Ainda segundo o ministério, a instalação da fábrica permitirá o controle de epidemias e reduzirá o número de óbitos não apenas no país africano, mas também em outras nações para onde a produção poderá ser exportada.

A matéria seguirá para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Punição para prefeitos que não comprarem merenda escolar

Prefeitos que deixarem de aplicar os recursos destinados à aquisição da merenda escolar ou usarem indevidamente os valores poderão responder por crime de responsabilidade, caso em que ficam sujeitos a perder o cargo e ficar inelegíveis, além do risco de pena de prisão. É o que prevê projeto (PLS 182/05) aprovado em decisão terminativa pela CCI.

Apresentada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a proposta irá agora ao exame da Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para apreciação pelo Plenário do Senado. A matéria passou antes pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto altera decreto que estipula as responsabilidades de prefeitos e vereadores (Decreto-Lei 201/67). Pelo texto, podem ficar também submetidos a processos por crime de responsabilidade os dirigentes municipais que deixarem de prestar contas dos recursos recebidos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no prazo e na forma definidos pelas normas do programa.

O autor da proposta salienta que o PNAE, coordenado pelo governo federal, é um programa de grande relevância social, pois garante alimen-

tação escolar aos alunos da educação infantil e do ensino fundamental durante a permanência na escola. Além da correta aplicação dos recursos, ele diz que outro objetivo do projeto é induzir prefeitos a prestarem contas das despesas, condição necessária para a manutenção do fluxo dos repasses, sem sacrifício para as crianças atendidas.

— Ao invés de punir a criança com a interrupção do fornecimento da merenda, pune-se a autoridade com a suspensão de seu mandato e sua consequente inelegibilidade — justifica Cristovam.

O relatório havia sido apresentado na semana passada, pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG). No exame, ele classificou as medidas sugeridas como oportunas, por punir o desvio de conduta da autoridade municipal que faz uso indevido de verba federal e, principalmente, por inspirar a boa aplicação dos recursos do PNAE, de fundamental importância para a eficácia da política educacional do país.

Enquadrado em crime de responsabilidade, o dirigente municipal pode ficar inabilitado para o exercício de cargo ou função pública por até oito anos.

Publicidade oficial isenta de promoção de autoridades

Projeto também aprovado pela CCI estabelece novas regras para coibir propaganda pessoal de autoridades e dirigentes públicos por meio da publicidade oficial. Pelo texto (PLS 58/07), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas realizadas por órgãos e entidades públicas devem conter somente o brasão do ente federativo promotor e o nome do órgão ou entidade diretamente responsável pela iniciativa divulgada.

Até mesmo os documentos oficiais e os cartões de programas e benefícios sociais da esfera federal devem seguir as novas regras. Isso porque o relator da matéria, Francisco Dorneles (PP-RJ), confirmou emenda sugerida pelo senador Expedito Júnior (PSDB-RO) pela qual somente o Brasão das Armas da República deverá ser exibido nos documentos e cartões de benefícios e programas, como os que são emitidos pelo programa Bolsa Família, para demonstrar aos beneficiá-

rios não se tratar de um “favor pessoal”.

A emenda havia sido aprovada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Na CCI, a matéria passou em decisão terminativa. O texto deverá seguir diretamente para exame na Câmara dos Deputados para que seja votado pelo Plenário.

A proposta define ainda que a desobediência às regras deixará o infrator sujeito, entre outras possíveis sanções, à perda do cargo e à inabilitação para o exercício das funções.

Ao justificar o projeto, Cristovam afirmou que seu objetivo é valorizar o princípio da impessoalidade que deve nortear os atos da administração pública, ressaltando a necessidade de afirmação do interesse público sobre o interesse individual. Conforme o senador, de forma lamentável, a “malícia” de muitos servidores públicos anima a busca por promoção pessoal por meio da publicidade oficial.

Proposta cria piso salarial para policiais e bombeiros

Policiais civis e militares, além dos bombeiros, podem ter um piso salarial nacional, conforme proposta aprovada ontem pela CCI. O texto (PEC 41/88) prevê a edição de lei para fixar o valor e determina a participação da União no custeio de parte da implementação desse piso, por meio de um fundo formado com receitas tributárias federais. A proposta é do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Emenda apresentada pelo relator, Demostenes Torres (DEM-GO), reduziu de dois para um ano o prazo para o início da implementação gradual do piso. Resultou também de emenda do relator a inclusão dos corpos de bombeiros militares.

Para antecipar o início da aplicação do piso, Demostenes propôs que o presidente da República baixe ato dando início à sua implementação gradual dentro de um ano após a promulgação da PEC. Assim, a remuneração mínima começará a ser paga mesmo se ainda não

tiver sido aprovada a lei que deve regulamentar tanto o piso quanto o funcionamento do fundo que deve complementar o pagamento nos estados sem meios para arcar com a totalidade da nova despesa.

Como explicou Demostenes, os recursos podem começar a ser transferidos aos estados por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), dentro das prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo. Ele disse que fez consultas ao Ministério da Justiça para elaborar o relatório e chegar a um texto final para que a PEC tivesse condições de ser efetivamente implementada pelo Executivo.

Renan Calheiros afirmou que nenhum outro problema preocupa tanto a população como a segurança pública. Segundo ele, a estrutura do aparelho policial e os salários dos servidores da área precisam ser condizentes com o desafio representado pelos altos índices de violência,

cabendo também ao Congresso tomar providências para o enfrentamento dessa questão.

— Os policiais trabalham um dia e folgam dois, mas como não ganham o suficiente acabam vendendo esses dias para complementar renda e sustentar suas famílias. Isso não pode continuar e é por isso que esse piso salarial precisa ser especificado por lei — argumentou.

Demostenes também ressaltou a necessidade de apoio às atividades dos policiais civis e militares, o que inclui a garantia de bons salários, conforme observou. Segundo ele, um dos graves problemas da segurança pública, além da estrutura policial arcaica, é a remuneração dos policiais.

— A remuneração adequada é condição para atrair e manter na carreira profissionais de qualidade, motivados e comprometidos com a segurança pública e o bem-estar do cidadão — disse.

A matéria segue para o Plenário do Senado.

Papaléo pede isonomia entre militares do Amapá e do DF

Papaléo Paes (PSDB-AP) reivindicou ontem a isonomia salarial entre os policiais e bombeiros militares ativos, inativos e pensionistas dos ex-territórios do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia com as mesmas categorias do Distrito Federal.

— É justo, é legítimo, é legalmente justificável e é socialmente positivo para o povo desses estados — assinalou o parlamentar.

O senador também criticou a situação do aeroporto de Macapá, afirmando que as empresas aéreas que operam naquele aeroporto usam como desculpa

as obras da pista de pouso para não voarem para esse destino às terças e quintas-feiras e aos sábados. Tais obras, disse Papaléo, estão paralisadas desde 2006.

— As empresas de aviação são concessões públicas e têm a obrigação de voar, com um ou dois passageiros. Não podem ficar se valendo desse artifício — criticou.

Papaléo pediu a atenção da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o problema.

O senador também se queixou das condições de conservação



Papaléo Paes também criticou condições do aeroporto de Macapá

e de estrutura do aeroporto, que “é antigo e não está recebendo sequer tratamento de limpeza”.

Em aparte, o senador Sadi Cassol (PT-TO) reclamou sobre a falta de regularidade dos voos entre Brasília e Palmas.

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Justiça exige, para o direito ao regime semiaberto, o cumprimento de pelo menos metade da pena em regime fechado, quando se tratar de réu primário, em vez dos atuais dois quintos

Mais rigor na concessão de benefício penal aos autores de crime hediondo

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que torna mais rigorosa a exigência de tempo de prisão para a progressão de pena nos casos de crimes hediondos. A progressão permite ao condenado, após iniciar o cumprimento da punição em regime fechado, passar ao regime semiaberto e, posteriormente, ao aberto, desde que atenda a determinados requisitos.

A proposta foi aprovada na forma de substitutivo apresentado pelo relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), a um projeto (PLS 30/08) de autoria de Kátia Abreu (DEM-TO) e outro (PLS 421/08) de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). As emendas serão votadas na próxima reunião do colegiado.

O substitutivo altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) para aumentar de um sexto para um terço da pena o tempo mínimo necessário para a progressão para regime menos rigoroso, a ser definido pelo juiz, se o preso ostentar bom comportamento, comprovado pelo diretor do estabelecimento carcerário.

Exigências

A decisão sobre progressão, livramento condicional, indulto ou comutação para os crimes hediondos, ou a ele equiparado, ou crime cometido mediante violência ou grave ameaça, terá que ser precedida, além do parecer da comissão técnica



Conforme substitutivo de Demostenes, benefício dependerá de exame criminológico

de classificação e do Ministério Público, do exame criminológico do condenado.

A proposta também promove mudanças na Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.972/90). Assim, o prazo para a progressão ao regime semiaberto deverá ser aumentado dos atuais dois quintos para pelo menos a metade da pena, no caso de preso primário, e de três quintos para dois terços, se reincidente. A progressão ao regime aberto exigirá o cumprimento de pelo menos um terço da pena restante, a depender do mérito do condenado.

Se o condenado for réu primário e tiver bons antecedentes, e desde que não seja integrante de organização criminosa e que, no caso de tráfico de drogas, haja, na sentença, atenuantes a seu favor – como a natureza e a quantidade da substância –, a progressão para o regime

semiaberto poderá ocorrer após o cumprimento de, no mínimo, um terço da pena.

Condicional

A proposição também altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para regular a concessão, pelo juiz, de livramento condicional em caso de pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos (artigo 83). De acordo com o texto aprovado pela CCJ, terá que ser cumprida, nesse caso, mais da metade da pena; nos casos de condenação por crime hediondo, tortura, tráfico de drogas ou terrorismo, o prazo eleva-se para mais de dois terços. Outra exigência é que o condenado não seja reincidente em crime doloso.

No relatório, Demostenes Torres defendeu a elevação dos prazos argumentando que “os parâmetros atuais são muito

baixos, considerando a gravidade objetiva dos crimes previstos”.

Na proposta original, Kátia Abreu propôs tempo maior para progressão no caso de crimes hediondos, que deveria ser, em sua avaliação, de dois terços da pena, no caso de réu primário, e de quatro quintos para reincidentes.

Pena alternativa

O substitutivo foi aprovado, segundo Demostenes, sem consenso com o governo quanto à situação de “pequenos traficantes de droga”. O relator aceita uma redução no prazo para progressão, mas diz ser contra a instituição de pena alternativa para esses casos, como propõe o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Na opinião do senador de Goiás, a situação do tráfico de drogas é tão grave no país que não é possível se permitir o luxo de beneficiar os pequenos traficantes, porque eles alimentam o crime e são usados pelos grandes traficantes.

Demostenes Torres disse concordar, contudo, com a proposta do governo de exigência de monitoramento eletrônico para presos condenados por crimes hediondos beneficiados pelo regime de progressão, e com a volta da obrigatoriedade do exame criminológico para decisão judicial de progressão relativa a esses casos.

Morte de civil em abate de aeronave vai à Justiça Militar

Projeto do senador Magno Malta (PL-ES) que atribui à Justiça Militar a competência para julgar integrante da corporação que cometer crime doloso contra a vida de civil no caso de ação de abate de aeronave, conhecida como “tiro de destruição”, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A decisão terminativa caberá à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Relatado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que recomendou a aprovação, o projeto (PLS 218/09) altera o artigo 9º do Código Penal Militar, que atribui

à Justiça comum a competência para julgar crimes militares em tempo de paz, com intenção de matar e cometidos contra civil. O projeto abre exceção para abate de aeronave.

A aeronave poderá ser detida por autoridades aeronáuticas, fazendárias ou da Polícia Federal em várias situações, segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica (artigo 303): no caso de voo no espaço aéreo brasileiro com infração das convenções ou atos internacionais, ou das autorizações para tal fim; se, entrando no espaço aéreo, desrespeitar a obrigatoriedade de pouso em

aeroporto internacional; para exame dos certificados e outros documentos indispensáveis; para verificação da carga no caso de restrição legal ou de porte proibido de equipamento; e para averiguação de ilícito. Poderão ser empregados os meios que a autoridade julgar necessários para forçar a aeronave a pousar.

Modificado pela “Lei do Abate” (Lei 9.614/98), o código estabelece ainda que, esgotados os meios coercitivos previstos em lei, a aeronave fica sujeita à medida de destruição após autorização do presidente da República ou da autoridade por ele delegada.

Segundo Magno Malta, com o Decreto 5.144/04, a Força Aérea Brasileira pode tomar medidas que conduzam ao abate da aeronave e, “muito provavelmente”, à morte de seus ocupantes. “O piloto estaria assim cometendo crime doloso contra a vida, devendo ser levado ao tribunal do júri”, explicou. Para o senador, parece evidente que a conduta do militar que cumpre ordens e derruba aeronave civil considerada hostil não pode ser equiparada ao comportamento de alguém que cometa um homicídio comum, sujeitando-se ao tribunal do júri.

AUDIÊNCIAS

Motoristas, profissionais de saúde e setor avícola

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou requerimento de Paulo Paim (PT-RS) para realização de audiência sobre as condições de trabalho dos motoristas profissionais. Outro requerimento acolhido, de Mão Santa (PSC-PI), propõe debate para instruir o PLS 451/03, sobre a atuação, no Brasil, de profissionais de saúde estrangeiros. Também a pedido de Paim, audiência discutirá as dificuldades da indústria de alimentação, em especial no setor avícola.

TRABALHO DOMÉSTICO



“Profissionalizar diarista pode ser retrocesso”

A maioria dos convidados a debate na Comissão de Assuntos Sociais sobre a regularização da profissão de diarista criticou projeto (PLS 160/09) de Serys Shlessarenko (PT-MT) sobre o assunto. Daniel Sampaio Chagas, do Ministério do Trabalho e Emprego, e Creusa Maria Oliveira (foto), presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, consideraram que diaristas e domésticas têm a mesma atuação e que o projeto seria um retrocesso. Já Eunice de Moraes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, defendeu a proposta.

POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Mão Santa critica governo do Piauí

Mão Santa (PSC-PI) voltou a criticar o governador do Piauí, Wellington Dias, e protestou contra a política tributária adotada no estado. Segundo o senador, os piauienses pagam mais impostos que no restante do país e o governo estadual não devolve em saúde, segurança e educação o que arrecada.

O parlamentar exemplificou com as taxas do Detran, que, afirmou, são quatro vezes mais caras no Piauí do que no Maranhão.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shlessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Shlessarenko • Mão Santa • Papaléo Paes • Romeu Tuma

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Cícero Lucena pede apoio federal para instalação de aterros sanitários

Cícero cobra verba para municípios

Cícero Lucena (PSDB-PB) cobrou do presidente Lula a liberação de verbas para que as prefeituras das cidades com menos de 50 mil habitantes possam contratar técnicos para escolha de terrenos onde farão aterros sanitários. De uma verba de R\$ 205 milhões, incluída no orçamento deste ano por proposta do senador, até agora só foram liberados R\$ 13,3 milhões, para apenas dez prefeituras, disse.

– Mas como fazer aterros, se grande parte das prefeituras não tem sequer dinheiro para comprar o trator que vai trabalhar neles? – questionou.

Casagrande quer ajuda contra enchente

Renato Casagrande (PSB-ES) pediu ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, suplementação orçamentária para que o Ministério da Integração Nacional possa socorrer o Espírito Santo, atingido por intensas chuvas em outubro. O senador disse que esteve com o ministro Geddel Vieira Lima e foi informado sobre a falta de recursos para a ajuda ao estado. O senador lembrou que os deslizamentos de encostas vitimaram fatalmente três pessoas e deixaram milhares de desalojados e desabrigados.

Valter: combate ao uso de drogas

Valter Pereira (PMDB-MS) elogiou da tribuna o que chamou de *mea culpa* feito pelo presidente Lula sobre a política governamental de combate ao uso de drogas no Brasil.

Segundo o senador, ao se dirigir a autoridades de segurança pública em Recife, Lula, acompanhado do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou que o governo não sabe ainda como enfrentar o problema, especialmente em relação ao aumento do consumo de crack.

O senador afirmou que ninguém tem uma solução definitiva para o problema da violência. Porém, disse, é ponto fundamental o controle das fronteiras, por onde passam as drogas e o armamento pesado utilizado pelos agentes do tráfico de drogas nas grandes cidades brasileiras.

Torres: obras precisam de manutenção

Flávio Torres (PDT-CE) anunciou a apresentação de projeto determinando que os estados devem manter cadastro informatizado unificado das obras de engenharia e serviços a elas associados, com localização, valor estimado e cronograma físico e financeiro de sua execução. A proposta estabelece ainda procedimento que fixa patamares mínimos para a conservação e a continuidade das obras.

– Persiste a noção de que só a inauguração dá voto – o que, em sua opinião, seria ignorar o amadurecimento político do eleitor.

40 anos da morte de Marighella

José Nery (PSOL-PA) homenageou a memória de Carlos Marighella, cuja morte completou ontem 40 anos.

Marighella fundou em 1968 a Ação Libertadora Nacional (ALN), movimento que defendia a luta armada contra a ditadura. Nery lembrou que Marighella foi eleito deputado constituinte pela Bahia em 1945. “Com o endurecimento do regime militar, Marighella passou a ser caçado implacavelmente, até tombar em emboscada patrocinada pelo Dops [Departamento de Ordem Política e Social]”, disse o senador.

Outro homenageado por Nery foi “o verdadeiro rei do carimbó paraense”, Augusto Gomes Rodrigues, o “Verequete”, que faleceu na terça-feira, em Belém, aos 93 anos.



Oswaldo Sobrinho cobra política ambiental e distribuição de renda

Interior atinge PIB per capita do litoral

Estudo do economista Júlio Miragaya – *Mapa da Desigualdade Espacial da Renda no Brasil* – destacado por Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) mostra que o Centro-Oeste atingiu o PIB per capita do Sul e do Sudeste. Agora, disse, é preciso garantir sustentabilidade ambiental e melhor distribuição de renda.

– De 31 regiões que mantiveram crescimento médio anual do PIB acima de 10%, entre 1999 e 2006, nada menos que 17 se localizam nas áreas de expansão da fronteira agrícola do cerrado, com destaque para Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Para senadora, Brasil se tornará protagonista da luta contra aquecimento global se estipular objetivo ousado, na casa dos 40%, de diminuição de gases do efeito estufa

Marina cobra definição de meta de redução de emissões

UMA META MAIS ousada de redução de emissões de gases de efeito estufa, a ser apresentada na Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), foi defendida pela senadora Marina Silva (PV-AC) ontem em Plenário. Ela pediu maior agilidade na definição das metas e sugeriu que o governo considere as propostas apresentadas pelo Ministério do Meio Ambiente, de redução de 40% das emissões de carbono até 2020, e pela Rede Clima (vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia), de redução de 35%. Assim, o Brasil garantiria posição de destaque frente aos países desenvolvidos na COP-15, que ocorrerá em Copenhague, na Dinamarca, em dezembro.

– Com essa proposta de redu-

ção de 40%, o Brasil passa a ser o primeiro país em desenvolvimento a assumir metas de reduções reais – disse, pedindo que todos os setores da economia se comprometam com a diminuição de emissões.

A seu ver, as metas do Brasil para combater as mudanças climáticas não podem ficar restritas ao combate ao desmatamento. Ela explicou que, se o Brasil levar à COP-15 a meta de redução de carbono de apenas 20%, como tem sido sugerido por vários setores, nada mais fará do que cumprir o compromisso feito em 2004, com o Plano de Combate ao Desma-

tamento da Amazônia. Marina salientou que a redução de 80% no desmatamento já garantiria a redução de 20% das emissões, mas não envolveria os demais setores da economia.

A senadora criticou a tentativa de aprovação, na Câmara, de alterações no Código Florestal Brasileiro.

– O que está em curso, agora, é o “floresta zero” –

criticou, salientando que é preciso vigilância para evitar a aprovação, “a toque de caixa”, de alterações na legislação ambiental que comprometam a preservação das florestas do país.

Proposta de mudança no Código Florestal é chamada de “floresta zero”

Ideli pede aprovação urgente de lei sobre mudanças climáticas

Ideli Salvatti (PT-SC), líder do governo no Congresso, fez ontem um apelo em Plenário para que os senadores aprovem a Política Nacional sobre Mudança do Clima antes da conferência das Nações Unidas a ser realizada em Copenhague em dezembro.

O projeto de lei (PL 18/07) em questão – aprovado pela Câmara na semana passada – prevê a adoção de uma série de medidas para reduzir a emissão dos gases que provocam o efeito estufa.

Ideli defendeu a aprovação do texto pelo Senado sem nenhuma modificação. Lembrou que, caso os senadores o modifiquem, o projeto terá de retornar à Câmara

para novo exame – “atrasando” sua aprovação final.

– Temos de levar à conferência uma posição muito clara, que, além disso, esteja firmada em lei – ressaltou ela.

A senadora anunciou que a Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso deve se reunir hoje com o presidente do Senado, José Sarney, para discutir a tramitação da matéria.

Ao reiterar que é importante o Brasil participar do encontro em Copenhague com uma legislação pronta, Ideli afirmou que o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, “vem fugindo da responsabilidade de assumir



Senadora espera votação antes da conferência da ONU em Copenhague

compromissos, alegando que não pode fazê-lo porque o Congresso norte-americano não aprovou matérias relacionadas ao tema”.

– Com uma legislação pronta, teremos um grande diferencial em relação aos Estados Unidos, país que tem a obrigação de assumir compromissos – argumentou.

Sarney lembra 20 anos de lei em favor de deficiente

O senador José Sarney (PMDB-AP) saudou os 20 anos de vigência da Lei 7.853/89, promulgada durante sua passagem pela Presidência da República (1985-1989), em que são estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência.

Sarney lembrou que o Brasil até então não dispunha de legislação específica que assegurasse os direitos das pessoas com deficiência.

Conforme o senador, a norma

nasceu da vontade de seu amigo Odylo Costa, filho. Em 1975, o escritor e jornalista maranhense encaminhou carta ao então presidente Ernesto Geisel para cobrar atenção do Estado brasileiro no trato com as pessoas com deficiência.

Sarney recordou que em outubro de 1978 havia sido promulgada a Emenda Constitucional 12. Com apenas um artigo e quatro incisos, a norma “nasceu para dar às pessoas deficientes alguma garantia de dignidade”.

– As recomendações do Odylo e a Emenda Constitucional 12 formaram o conjunto que inspirou o meu governo a criar a Lei 7.853 – afirmou Sarney.

A lei criminalizou o preconceito e conferiu ao Ministério Público a tarefa de defender os direitos coletivos das pessoas com deficiência.

– A lei completa 20 anos e é marco que separa o tempo em que os deficientes eram simplesmente sombras guardadas em algum canto das casas, sem imagem e sem voz.

Comissão aprova mudanças na autorização de rádio comunitária

As autorizações para exploração do serviço de radiodifusão comunitária poderão ficar restritas a associações ou fundações que estejam em atuação há pelo menos dois anos, segundo o projeto (PLS 260/09) aprovado em decisão terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Infor-

mática (CCT). A matéria segue para a Câmara.

O texto, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), modifica a Lei das Rádios Comunitárias (9.612/98) para evitar o desvio de função dessas emissoras, que, conforme o senador, deveriam servir a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.



Projeto de Flexa Ribeiro objetiva evitar desvio de função das emissoras

Acordo firmado entre Brasil e demais países de língua portuguesa é alvo de duras críticas de especialistas durante audiência promovida pela Comissão da Educação

Governo pode ser autorizado a rever o acordo ortográfico

O CONGRESSO NACIONAL poderá autorizar o governo brasileiro a rever o acordo ortográfico firmado com os demais países de língua portuguesa. A sugestão foi apresentada ontem pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), após ouvir diversas críticas feitas ao acordo durante audiência pública sobre o tema realizada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A aprovação de lei nesse sentido é uma das alternativas a serem analisadas pela comissão, segundo a senadora, que defendeu o aprofundamento do debate sobre a reforma ortográfica com a sociedade. O Brasil foi o único país a adotar oficialmente o acordo, assinado em 1990. Segundo o texto, a implantação das mudanças na língua estará concluída em 2013.

O presidente de honra da Academia Brasileira de Filologia, Leodegário Amarante de Azevedo Filho, observou que há grande resistência à adoção da reforma ortográfica estabelecida pelo acordo, principalmente entre escritores portugueses. Ele apontou a existência de problemas como a extinção do



Marisa Serrano sugere a aprovação de lei para possibilitar mudanças no texto

trema, que indica a pronúncia de determinadas palavras, e a manutenção de consoantes mudas, como o "c" na palavra "actor".

A reação dos portugueses à mudança ainda foi ressaltada pelo representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Walter Esteves Garcia.

O acordo foi também duramente criticado pelo professor Ernani Pimentel, que lançou o movimento Acordar Melhor, destinado a aperfeiçoar a refor-

ma ortográfica. Em sua opinião, as mudanças na ortografia deveriam eliminar exceções a regras e duplas grafias, além de padronizar os radicais.

Após ouvir os debatedores, o senador Flávio Arns (PSDB-PR) declarou ter ficado "abismado com o nível de dificuldade que o acordo está trazendo para a vida nacional". Por sua vez, Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a necessidade de uma revisão no texto, após perceber a existência das falhas mencionadas pelos expositores.

José Cruz

CDH acata proposta que permite apenas à União explorar petróleo

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem sugestão da Federação Única dos Petroleiros (FUP), apoiada por movimentos sociais, de regulamentação da política energética nacional. O texto foi considerado pelo relator, Paulo Paim (PT-RS), "uma importante referência para as discussões em torno do petróleo no pré-sal". Com sua aprovação, a sugestão dos petroleiros passa a tramitar como projeto de lei de autoria da CDH.

A FUP propõe o pleno exercício do monopólio da União sobre o petróleo por meio da Petrobras. Sugere ainda a aplicação dos recursos decorrentes da exploração e produção do produto – que caberão ao Fundo Social Soberano – em educação, saúde e previdência públicas, na reforma agrária e em projetos de habitação popular.

A proposta, que foi debatida em quatro audiências públicas, também prevê a reabertura dos debates em torno dos blocos já ofertados no pré-sal e reforça a necessidade de fortalecimento da Petrobras como uma empresa pública, focada na defesa dos interesses do país, disse o relator.

O projeto determina a rescisão das concessões para exploração e produção de petróleo e gás natural realizadas com base na Lei 9.478/97, que trata da política energética nacional. São previs-

tas indenizações de eventuais investimentos realizados pelos concessionários.

De acordo com a proposta, no prazo de um ano da publicação da lei, a União tomará as medidas necessárias à transformação da estatal Petrobras em empresa pública, e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) será um órgão fiscalizador da indústria do setor.

Impacto ambiental

O projeto garante ao Fundo Social Soberano a receita líquida auferida pela União com as atividades econômicas de exploração e produção, já excluídos os custos da atividade, o investimento e o reinvestimento necessários à execução das políticas e diretrizes energéticas e à busca de fontes alternativas de energia renovável e limpa, e o aporte implicado pelo autofinanciamento. Do total da receita destinada ao fundo, o equivalente a 5% poderá ser utilizado pela União para eventuais medidas de minimização do impacto ambiental dessa indústria.

Na avaliação de Paulo Paim, a proposta do Poder Executivo para o setor "é um avanço em relação ao marco regulatório atual", mas o modelo ideal, disse, está consolidado no projeto aprovado pela CDH.



Jefferson (E), Paim e Cristovam durante audiência no Auditório Petrônio Portella

Tributação menor para micros do setor cultural

A alíquota de tributação das micro e pequenas empresas ligadas à produção cultural e artística deverá cair dos atuais 17,5% para 6%, segundo projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta segue para o Plenário, onde será votada em regime de urgência, conforme requerimento também acolhido

pela comissão.

O projeto (PLC 200/09 – Complementar) modifica a legislação que criou o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Como observou a relatora, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a alteração seria uma medida de justiça com as empresas do setor, que a partir de 2008 passaram a pagar tributos

muito elevados.

– É importante dar esse incentivo fiscal às micro e pequenas empresas da área de cultura – sustentou Ideli Salvatti, lembrando que essas empresas são responsáveis por aproximadamente 5% do produto interno bruto (PIB). Ela recebeu apoio dos senadores Sadi Cassol (PT-TO) e Flávio Arns (PSDB-PR).



Senador diz que Infraero se recusa a comprar equipamentos de segurança

Camata afirma que aeroporto de Vitória "é o pior do país"

Gerson Camata (PMDB-ES) pediu ao presidente Lula ajuda para que a Infraero adote providências para melhorar o aeroporto de Vitória, na sua opinião "o pior do país", e que é fechado constantemente por falta de equipamentos de segurança. Disse que o governo do estado já se ofereceu para comprar tais equipamentos, mas a Infraero recusou a oferta.

– O aeroporto é tão sujo que o governador Paulo Hartung disse que parecia rodoviária do interior. Prefeitos enviaram protestos, afirmando que suas rodoviárias não eram tão sujas como o aeroporto – disse.

Camata recebeu o apoio de Renato Casagrande (PSB-ES).

Arns registra os 85 anos da União dos Escoteiros do Brasil

Flávio Arns (PSDB-PR) registou ontem a passagem dos 85 anos de fundação da União dos Escoteiros do Brasil (UEB). A entidade congrega cerca de mil grupos escoteiros, sendo a única associação do gênero no país reconhecida pela Organização Mundial do Movimento Escoteiro, criada pelo fundador do escotismo, Robert Baden-Powell, como forma de proteger o movimento e garantir a sua unidade.

O senador destacou a importância de promover um diálogo entre o Poder Legislativo e a juventude, com ênfase nos assuntos legislativos concernentes a educação, saúde, emprego e proteção ambiental.



Segundo Arns, entidade congrega cerca de mil grupos escoteiros no país



Governo precisa levar educação e tecnologia à população, diz Mão Santa

Mão Santa lê artigo sobre atraso tecnológico do país

Mão Santa (PSC-PI) leu ontem em Plenário editorial do jornal *Correio Braziliense* intitulado "O Brasil na rabeira tecnológica". O texto afirma que "o Brasil precisa com urgência escapar das ciladas do subdesenvolvimento", ao citar pesquisa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que coloca o Brasil em 42º lugar na lista de 48 nações desenvolvidas e emergentes analisadas sobre níveis de inovação tecnológica.

– Isso é para despertar o presidente Luiz Inácio [Lula da Silva] para levar ao brasileiro a educação e a tecnologia que a sociedade exige – afirmou Mão Santa.

Em audiência, movimentos sociais defendem sugestão de petroleiros

Antes da aprovação da proposta da Federação Única dos Petroleiros na Comissão de Direitos Humanos, o colegiado promoveu a quarta audiência pública sobre a regulamentação da política energética nacional.

Diante de um auditório com cerca de 600 pessoas, os convidados – o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Francinaldo Alves Correia; o representante do Sindipetro-RJ e da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Francisco Soriano; o membro da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no DF Ismael José César; o presidente em exercício da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Ubiraci Bira Oliveira; o diretor da CTB José Divanilton da Silva; o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Marthius Sávio Lobato; e o representante da FUP João Antônio de Moraes – reiteraram sua posição favorável ao monopólio estatal do petróleo e à utilização dos

recursos obtidos com a exploração do petróleo no pré-sal em programas para a redução dos problemas sociais do país.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidiu o início da audiência pública, disse que três relações seriam avaliadas no debate: aquela entre os trabalhadores petroleiros e as empresas; a que ocorre entre a União, os estados e os municípios; e a que se estabelece entre o presente e o futuro do Brasil: – Não temos o direito de torrar o dinheiro no presente em nosso benefício, ignorando o futuro e as gerações que não terão petróleo – advertiu.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que o conservadorismo barra muitas propostas de mudanças no Congresso Nacional e manifestou o desejo de que os projetos do pré-sal atendam aos interesses do povo.

Também estiveram presentes ao debate Paulo Paim (PT-RS), José Nery (PSOL-PA) e Jefferson Praia (PDT-AM), que presidiu parte da reunião.

Gerardo Magalhães

Gerardo Magalhães

Gerardo Magalhães